

VISÃO ATUAL E PROSPECTIVA DA PECUÁRIA NO BRASIL

AMAZÔNIA-TERRA FIRME¹

Judson Ferreira Valentim²

Francisco Carlos da Rocha Gomes³

A Amazônia Legal, com uma área total de 5,09 milhões de km², representa 59,8% da área do Brasil. A população regional é de 21 milhões de habitantes (12% da população do País), com 81% vivendo em áreas urbanas. Com uma área de 3,37 milhões de km² de florestas e extensos ecossistemas de cerrados e várzeas, esta região possui grande potencial para contribuir de forma significativa para o crescimento econômico do país. A melhoria da renda e da qualidade de vida dos brasileiros das gerações presentes e futuras dependerá do uso sustentável do potencial desta região. Além disso, os recursos naturais da Amazônia Legal terão importância crescente no bem-estar da população mundial.

Por sua importância ambiental, econômica e social, a Amazônia Legal tem sido foco de intensos debates nas últimas três décadas. As discussões têm por base a negociação de interesses entre diferentes segmentos de usuários e beneficiários no nível local (produtores, grupos comunitários, municípios, estados), regional (países que possuem partes da Amazônia em seus territórios) e global.

As discussões sobre a Amazônia têm focado as seguintes questões: 1) Quais devem ser as estratégias de desenvolvimento da região, ou seja, o que, onde, como e quanto fazer?; 2) Quais as políticas de desenvolvimento a serem implementadas?; 3) Quais serão os custos ambientais, sociais e econômicos nos diferentes cenários de desenvolvimento? Quem serão os beneficiários e quem arcará com os custos ambientais, econômicos e sociais do processo de desenvolvimento da região?

¹Palestra proferida no Seminário Internacional para o Desenvolvimento Sustentável da Pecuária na Amazônia. Porto Velho, Rondônia. Período de 15 a 18 de julho de 2003. Embrapa/Procitrópicos/IICA.

² Eng. Agr., Ph.D., pesquisador da Embrapa Acre. BR-364, Km 14, Caixa Postal 321, 69908-970. Rio Branco, Acre. E-mail: judson@cpafac.embrapa.br

³ Economista, especializado em Análise de Sistemas, Técnico de Nível Superior da Embrapa Acre. E-mail: fcarlos@cpafac.embrapa.br

Neste contexto, a pecuária ocupa lugar de destaque. O processo de desenvolvimento regional resultou na conversão de 63 milhões de hectares de áreas de vegetação nativa para uso agropecuário até 2003 e cerca de 70% (44,1 milhões de hectares) são ocupados com pastagens e 51 milhões de cabeças de gado (2001), representado 29% da área total e 29% do rebanho do País. A região é responsável por 29% da carne e 9% do leite bovino produzidos no Brasil. A agropecuária ocupa cerca de 3,5 milhões de pessoas na Amazônia Legal e 40% desta mão-de-obra está envolvida em atividades de produção animal.

A pecuária na Amazônia Legal, mesmo recebendo preços da arroba 15% a 20% menores do que aqueles pagos em São Paulo, apresenta rentabilidade até 113% superior. Além disto, a criação de gado é considerada uma caderneta de poupança pelos pequenos agricultores. Como consequência, vem ocorrendo um processo acelerado de pecuarização nos projetos de colonização e em áreas de reservas extrativistas.

Apesar de ser uma atividade rentável, a pecuária enfrenta grandes desafios na região, entre os quais se destacam: 1) degradação das pastagens, devido à má formação, ao manejo inadequado, à falta de adaptação das espécies forrageiras e ao ataque de pragas e doenças; 2) falta de capacitação técnica e gerencial dos produtores; 3) deficiência na assistência técnica; 3) insuficiência e inadequação das linhas de crédito existentes; 4) insegurança dos produtores em relação aos seus investimentos devido à instabilidade das políticas ambientais (reserva legal, licenciamento ambiental das propriedades e passivo ambiental), econômicas (taxas de juros) e sociais (reforma agrária).

Entretanto, a Amazônia Legal apresenta grandes oportunidades para o desenvolvimento de sistemas sustentáveis de pecuária bovina, especificamente: 1) o estoque de tecnologias existente possibilita vencer os desafios e viabilizar uma atividade rentável e competitiva; 2) a possibilidade de produção de carne e leite totalmente a pasto; 3) o potencial de acessar o mercado de carbono para viabilizar a recuperação das áreas de pastagens degradadas e das áreas de vegetação nas nascentes e ao longo dos rios por meio da implantação de ecossistemas de pastagens arborizados.

A perspectiva de crescimento da demanda mundial de carne, de redução das barreiras tarifárias no Mercado Comum Europeu e nos Estados Unidos e a crescente inserção dos produtos da pecuária brasileira nesses mercados tendem a aumentar as pressões para a ocupação das áreas de pastagens já consolidadas pela agricultura intensiva. Isto resultará no avanço da pecuária sobre novas áreas de florestas.

Mantidas as tendências dos últimos cinco anos, a área desmatada na Amazônia Legal poderá passar de 12,4% em 2003 para 21,53% em 2020, com a conversão de 94,7 milhões de hectares adicionais de vegetação nativas, alcançando uma área de pastagens de 145,8 milhões de hectares com um rebanho bovino de 175,1 milhões de cabeças. Contudo, cenários contemplando a utilização moderada a intensiva de tecnologias já disponíveis podem contribuir para evitar reduzir o desmatamento para, respectivamente, 36,5 e 19,0 milhões de hectares de vegetação nativa até 2020. Esses cenários possibilitariam evitar a conversão de, respectivamente, 58,2 a 75,7 milhões de hectares de vegetação nativa no referido período. As tecnologias para tornar concretizar estes cenários já estão sendo utilizadas por parcela de pequenos, médios e grande produtores em seus sistemas de produção pecuários na Amazônia Legal.

Estes cenários ressaltam a importância de negociação entre os diferentes segmentos da sociedade, buscando conciliar a necessidade de crescimento econômico e de melhoria da qualidade de vida da população com a conservação dos recursos naturais da Amazônia.